

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO Anexo A

Auditoria Externa

Do Contrato de Empréstimo

**Programa de Requalificação Urbana
Palmas para o Futuro**

Palmas/TO

Outubro de 2019

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE	4
2	DO OBJETO	4
3	JUSTIFICATIVA	4
4	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	5
5	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	5
6	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	6
7	DO FUNDAMENTO LEGAL, MODO DE DISPUTA, REGIME DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	7
8	DA PARTICIPAÇÃO	7
9	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	7
10	CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA	8
11	DOCUMENTOS APOIADORES	9
12	DO ORÇAMENTO	9
13	PRODUTOS ESPERADOS	10
14	METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO	12
15	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO	13
16	DOS PRAZOS	15
17	DEVERES DA CONTRATANTE	15
18	DEVERES DA CONTRATADA	16
19	DOS PAGAMENTOS	17
20	DAS GARANTIAS E PENALIDADES	17
21	DISPOSIÇÕES GERAIS	18
22	ANEXOS	19
23	APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO	19

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Previsão orçamentária e classificação das despesas.....	5
Quadro 2.	Preços obtidos através de pesquisa de mercado.	10
Quadro 3.	Cronograma físico-financeiro estimado.	17

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO**PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO – ANEXO A****1 IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE**

- 1.1 Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEISP
- 1.2 Antônio Trabulsi Sobrinho
- 1.3 Contato: 3212-7400

2 DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa especializada em auditoria externa independente do Programa de Requalificação Urbana Palmas para o Futuro referente aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

3 JUSTIFICATIVA

- 3.1 O Município de Palmas, Estado do Tocantins, planejou a execução do Programa de Requalificação Urbana, Palmas Para o Futuro no valor de U\$ 121.740.000,00 (cento e vinte um milhões, setecentos e quarenta mil dólares), dos quais 50% são de contrapartida física do Município e os outros 50%, correspondente ao valor de U\$ 60.870.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta mil dólares) são de recursos a serem repassados pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF para execução de obras de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, sinalização viária, calçadas acessíveis, ciclovias, efficientização do pátio de iluminação pública e drenagem sustentável, distribuídas em todas as regiões de Palmas, buscando prover de infraestrutura urbana a cidade.
- 3.2 O Contrato de Empréstimo foi assinado entre as partes no dia 28/12/2018 e já foi efetivado o primeiro desembolso do contrato para efetivação do Programa.
- 3.3 O cronograma de desembolso do Contrato de Empréstimo é de 48 meses podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, sendo iniciado na data de sua assinatura (28/12/2018) e findando, inicialmente, em 28/12/2022).
- 3.4 O Programa tem por objetivo melhorar as condições de mobilidade da população e do acesso aos serviços públicos essenciais através de um conjunto de ações de pavimentação de vias urbanas, drenagem urbana, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais.
- 3.5 O Programa está estruturado em três componentes, sendo eles:
- 3.6 (Componente 1) Infraestrutura urbana;
- 3.7 (Componente 2) Gestão do Programa; e
- 3.8 (Componente 3) Outros gastos.
- 3.9 Componente 1. Infraestrutura Urbana. Consiste em: (i) pavimentação e recuperação de vias urbanas, com sua respectiva sinalização e obras de arte; (ii) implantação de infraestrutura cicloviária; (iii) implantação de drenagem urbana; (iv) supervisão técnica, ambiental e social; (v) iluminação pública; (vi) implantação de equipamentos de saúde, equipamentos de educação e unidades habitacionais; (vii) desapropriações; e (viii) execução de bacia de infiltração em áreas verdes. Obs.: Os itens (vi), (vii) e (viii) fazem parte exclusivamente da contrapartida física que o Município prestará a CAF com a execução de obras inseridas nesses subcomponentes. Tais obras que

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

contabilizarão como contrapartida são aquelas iniciadas e executadas a partir de 03/11/2015, sendo estas custeadas com recursos próprios ou não.

- 3.10 Componente 2. Gestão do Programa. Financia gastos de gerenciamento, administração, acompanhamento, avaliação, **auditoria**, consultorias e elaboração de estudos e projetos de engenharia.
- 3.11 Componente 3. Outros Gastos. Este componente contempla o pagamento da comissão de financiamento da CAF e dos gastos de avaliação.
- 3.12 Dentre as condições especiais para desembolso dos recursos do empréstimo está a contratação de uma auditoria independente para verificação das cláusulas contratuais, do uso dos recursos e dos processos de contratação das obras/serviços no âmbito do Programa, sendo esta uma exigência da CAF para a execução do Contrato de Empréstimo.
- 3.13 Com a execução das obras de infraestrutura urbana no âmbito do Programa através das contratações legais, faz-se necessária a execução de uma auditoria externa e independente para verificação do atendimento das exigências do CAF, uma vez que foram disponibilizados recursos no Componente 2 para essa atividade.
- 3.14 Por se tratar de uma programa com recursos externos para execução de obras públicas é preciso garantir que estes recursos sejam executadas observando o fiel cumprimento dos contratos, das normas e especificações estabelecidas e das demais condições contratuais, e dessa forma, alertar a Seisp quanto às condições de cumprimento das cláusulas contratuais, dos contratos de execução das obras e da aplicação dos recursos, justificando assim, a contratação dos serviços.
- 3.15 O objetivo geral da auditoria externa independente exigida pela Corporação Andina de Fomento é obter a opinião profissional dos auditores independentes no que se refere às informações financeiras, contratuais e operacionais, à avaliação do sistema de controle interno e à utilização dos recursos do projeto de acordo com os termos e as condições do contrato de empréstimo.

4 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA

- 4.1 A previsão orçamentária para a contratação dos serviços é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1. Previsão orçamentária e classificação das despesas.

Funcional Programática	Natureza da despesa	Fonte	Ficha	Sub-item
15.451.1118.1676 – PPA-P Requalificação Urbana – Palmas para o futuro	33.90.39	0010.00.103	20192836	0200
15.451.1118.1676 – PPA-P Requalificação Urbana – Palmas para o futuro	44.90.39	0600.00.338	20192835	0200

5 LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Os serviços serão realizados na Seisp e no escritório da empresa vencedora.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

6 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 Os auditores devem informar tanto as evidências de descumprimento de caráter material, quanto a possível existência de atos ilegais, irregularidades e/ou indícios de fraude presumida. Devem estabelecer com precisão a natureza e o âmbito do exame, o grau de responsabilidade assumido pelo auditor, bem como seu parecer sobre as demonstrações financeiras em seu conjunto. Quando o auditor emite um parecer contrário, com ressalvas, ou se abstém de opinar, deve estabelecer, de forma clara e informativa, as razões para tanto.
- 6.2 No caso de indícios de fraude presumida ou erro, o auditor deveria adotar a NIA (Normas Internacionais de Auditoria), Seção 240 e 240A. O auditor exporá os fatos identificados no relatório de auditoria ou, alternativamente, deverá elaborar e entregar, em separado, um relatório confidencial à autoridade máxima do executor e/ou do prestatário, bem como ao Representante do Banco no país.
- 6.3 Análise de demonstrações financeiras do projeto e/ou da entidade refletem, razoavelmente, a situação financeira do projeto e/ou da entidade e se foram elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NICs) emitidas pela Comissão de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC), com os requisitos de auditoria independente do Banco e com este Projeto.
- 6.4 A razoabilidade das informações financeiras complementares.
- 6.5 O cumprimento, pelo executor e/ou prestatário, dos termos e das condições do contrato, bem como das leis e dos regulamentos locais aplicáveis. O auditor deverá avaliar o cumprimento específico das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro contidas no contrato.
- 6.6 O cumprimento – por meio do exame integrado dos respectivos processos de aquisições e desembolsos – das normas e dos procedimentos estabelecidos no contrato para a seleção, a adjudicação, a contratação, recebimentos e pagamentos relacionados à aquisição de bens contratação de obras e serviços de consultoria financiados com os recursos do empréstimo e da contrapartida local, bem como da validade da documentação comprobatória e da qualificação das despesas apresentadas nas solicitações de desembolso.
- 6.7 O cumprimento do regulamento operacional, de crédito e/ou dos convênios interinstitucionais, conforme aplicáveis.
- 6.8 Também constitui objetivo específico obter um relatório dos auditores independentes sobre a avaliação do sistema de controle interno do organismo executor e/ou de co-executores, que inclua o ambiente de controle, bem como os procedimentos e controles operacionais, financeiros, contábeis e administrativos do executor e dos co-executores, no que se referem à execução do projeto, visitas de inspeção, por amostragem, às obras financiadas com recursos do projeto, para verificar se estão sendo executadas de acordo com os planos e as especificações aprovadas nos respectivos contratos.
- 6.9 Visitas aos beneficiários do projeto (subsídios e/ou sub empréstimos concedidos) para verificar a qualificação do beneficiário e/ou da despesa poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE, a qualquer momento da análise, complementações que se fizerem necessárias para melhor entendimento do projeto e suas consequências.
- 6.10 Considerando que o desembolso do Contrato de Empréstimo está previsto para quatro anos, ou seja, o último desembolso pode ser solicitado até o dia 28/12/2022. Portanto, poderão ser necessárias auditorias nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

7 DO FUNDAMENTO LEGAL, MODO DE DISPUTA, REGIME DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1 Considerando a *Cláusula 23 - Aquisição de Bens e Contratação de Bens e Serviços – Anexo A Condições Gerais de Contratação* do Contrato de Empréstimo, a presente licitação se dará em âmbito nacional.
- 7.2 Deverão ser considerados todos os dispositivos legais em vigor a nível federal, estadual e municipal, referente, bem como do exercício técnico profissional.
- 7.3 A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis.
- 7.4 Modo de Disputa: Tomada de Preço
- 7.5 Critério de Julgamento: Menor Preço
- 7.6 Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

7.7 Valor Estimado: R\$ 382.666,68

8 DA PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos;
- 8.2 Considerando a especificidade dos serviços, não será admitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio.

9 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 9.1 Para a comprovação da Qualificação Econômico-Financeira os licitantes deverão apresentar:
- 9.1.1 Apresentação de garantia de proposta, no valor de, no mínimo, 1% (um por cento) do valor estimado dos serviços;
- 9.1.2 Grau de Endividamento igual ou inferior a 0,80 apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

- 9.1.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1, calculado através das seguintes fórmulas;

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

- 9.1.4 Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;
- 9.1.5 Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da licitante.

10 CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1 A licitante deverá apresentar na Fase de Habilitação:

- 10.1.1 Prova de Registro da licitante no Conselho Regional de Contabilidade – (CRC), expedido pelo conselho da região da sede da licitante, com indicação do responsável técnico devidamente habilitado e competente para o desempenho do serviço objeto desta licitação, conforme regulamentação pertinente.
- 10.1.2 Certidão de Regularidade Profissional perante o Conselho Regional de Contabilidade - CRC, de acordo com a Resolução CFC NBCPA/2017 290 (R2) (independência dos trabalhos de auditoria) e Resolução CFC NBCTA220/2016 (R2) (controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis) da empresa licitante e dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria em nome da sociedade; caberá ao responsável técnico ainda a apresentação de registro no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes, de acordo com a Resolução CFC nº 1.495/2015.
- 10.1.3 01 (um) ou mais Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, prazo e quantidade com o objeto da licitação;
- 10.1.4 O comprovante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos envelopes, contabilista devidamente reconhecido pela entidade competente – Conselho Regional de Contabilidade – (CRC), visando atender o disposto na Resolução CFC 560/1983 e suas alterações, e registro no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes, de acordo com a Resolução CFC nº 1.495/2015.
- 10.1.5 A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço em Regime Temporário ou empreitada ou Ficha de Registro de Empregado, ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Contabilidade – (CRC) e no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes, se nela constar o nome do profissional legalmente habilitado para esses fins;
- 10.2 Os auditores independentes devem comprovar, anualmente, o cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada, estabelecido pela NBC PG 12 (R3) editada pelo CFC e suas alterações, sob pena de ter baixado o registro no CNAI, perdendo, por consequência, a condição para o exercício da Auditoria independente.
- 10.3 Ainda, como requisito para o exercício profissional, deve o auditor independente se submeter ao Programa de revisão externa de qualidade dos pares, estabelecido pela NBC PG 12 (R3) editada pelo CFC e suas alterações, que se constitui em processo de acompanhamento e controle de qualidade, pelos órgãos reguladores dos trabalhos realizados pelos auditores independentes.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

10.4 O atestado não poderá possuir como contratante e contratado a mesma empresa.

11 DOCUMENTOS APOIADORES

11.1 Como parte integrante do processo de planejamento, o auditor deve dispor e ter conhecimento dos documentos básicos referentes à operação:

11.2 O relatório de projeto aprovado pela Diretoria e/ou autoridade competente do Banco;

11.3 O contrato de empréstimo incluindo seus anexos;

11.4 As normas e os procedimentos a serem observados para a contratação e/ou aquisições de obras, bens e serviços de consultoria financiados com recursos do Banco ou com recursos de contrapartida local;

11.5 A política e os requisitos para auditoria independente dos projetos financiados pelo Banco;

11.6 O manual para o processamento de solicitações de desembolso; e

11.7 Regulamento operacional e/ou de crédito.

11.8 Com o objetivo de facilitar eventuais esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Banco e/ou a realização das visitas de inspeção, o auditor deve assegurar-se de que:

11.8.1 As opiniões, observações e recomendações incluídas no relatório de auditoria estão comprovadas por evidência suficiente, relevante e competente nos documentos de trabalho;

11.8.2 Existe uma correlação adequada entre o relatório e os correspondentes documentos de trabalho;

11.8.3 A documentação correspondente se encontra devidamente arquivada; e

11.8.4 Apresentou evidência suficiente e competente sobre a análise de riscos requerida pelas NIAs para o planejamento e a execução de suas provas.

11.9 Antes da emissão de seu relatório, o auditor deverá obter uma carta de representação, de acordo com a Seção 580 das NIAs, assinada pela autoridade competente do executor e/ou da entidade. A carta deve incluir, entre outros aspectos relevantes, uma representação da gerência sobre os temas de controle interno, cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro, e a não existência de irregularidades e fraude.

12 DO ORÇAMENTO

12.1 O orçamento para a execução destes serviços foi baseado em pesquisa de mercado para formação de valores de referência.

12.2 Além disso, foram levantadas informações sobre a contratação de serviços similares de auditoria externa independente em outras regiões do país para auditorias de programas financiados pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) ou outros Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID).

12.3 O quadro a seguir apresenta os valores obtidos através da pesquisa de mercado e preços de outros estados.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

Quadro 2. Preços obtidos através de pesquisa de mercado.

Item	Descrição	Quantidade de Anos Auditados	Ano de Referência	Valor/Ano	Total
1	Cotação Empresa A - Palmas Contabilidade	4	2019	R\$ 98.000,00	R\$ 392.000,00
2	Cotação Empresa B - Bravo Contabilidade e Consultoria Ltda	4	2019	R\$ 150.000,00	R\$ 600.000,00
3	Cotação Edital TP 0182019/SEUMA (Processo Nº P068254/2019 Sobral/CE)	4	2019	R\$ 93.333,33	R\$ 373.333,32
4	Cotação Edital PE N. 264/2018 Manaus/AM Processo Nº 2018/17428/17609/00001	3	2018	R\$ 54.333,33	R\$ 163.000,00
5	Cotação TP 10.002/2018 São Bernardo do Campo Processo 2332/2017	4	2018	R\$ 99.772,56	R\$ 399.090,24
6	Cotação Edital PE 034/2017 Niterói/RJ	4	2017	R\$ 75.904,80	R\$ 303.619,20
Preço Mediano Anual				R\$ 95.666,67	
Preço Mediano Total (4 Anos)					R\$ 382.666,68

12.4 O orçamento estimado para esta contratação é o tratado no Orçamento Estimativo – ANEXO B deste Projeto Básico/Executivo. O valor do contrato é estimado em **R\$ 382.666,68 (trezentos e oitenta e dois mil, seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos)**. Esse valor representa o limite máximo a ser proposto pelas licitantes.

13 PRODUTOS ESPERADOS

13.1 A descrição dos serviços para a realização da auditoria externa são apresentados a seguir:

13.2 Parecer sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto. As demonstrações financeiras do projeto devem ser apresentadas comparativamente ao exercício anterior, e expressas em dólares dos Estados Unidos podendo, ainda, ser expressos em moeda local. As demonstrações a serem apresentadas são: (a) Demonstração de Fundos Recebidos e Desembolsos Efetuados; e (b) Demonstração de Investimentos, e suas respectivas notas.

13.3 Parecer sobre as Informações Financeiras Complementares. Seu conteúdo deve se adequar ao disposto pelo Banco.

13.4 Parecer sobre o Cumprimento das Cláusulas Contratuais. Deve-se determinar a situação de cumprimento dado pelo executor às cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro incluídas no contrato de empréstimo (convênio de cooperação técnica). O parecer dos auditores externos deve ser emitido de forma específica, cláusula por cláusula. Ademais, deve-se dar especial atenção ao cumprimento do disposto no regulamento operacional, de crédito (se aplicável) e/ou nos acordos interinstitucionais, no caso de projetos de execução descentralizada.

13.5 Parecer dos auditores independentes sobre o exame integrado dos processos de aquisições e das solicitações de desembolsos apresentadas ao Banco. Opinião sobre a adequação dos processos de aquisições de bens, contratação de obras e serviços

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

de consultoria, com base no estabelecido no contrato e nas leis e nos regulamentos locais aplicáveis. Da mesma forma, o exame dos processos deverá ser efetuado de forma integrada com o exame da respectiva documentação comprobatória das despesas referentes às solicitações de desembolsos apresentadas ao Banco, bem como de sua qualificação para financiamento com os recursos do projeto.

13.6 Relatório sobre o sistema de controle interno referente ao projeto. O auditor, nesse relatório, deverá fornecer informações referentes à avaliação do sistema de controle interno do projeto, com base nos elementos e em seu funcionamento durante o período sob exame. O Relatório identificará e emitirá conclusões sobre cada um dos componentes descritos no Relatório C.O.S.O.4, detalhando tanto os pontos fortes como as constatações que mereçam ser informadas (debilidades materiais), e classificando-os, em cada caso, de acordo com o peso relativo dos riscos inerentes. As referidas constatações serão apresentadas de acordo com as seguintes diretrizes: (I) critério: o que deveria ser; (II) condição: situação encontrada; (III) causa: o que provocou o desvio do critério; (iv) efeito: risco envolvido; (V) recomendação, se pertinente; e (VI) pontos de vista da gerência do executor e/ou prestatário.

13.7 O relatório contendo as constatações a serem informadas sobre o Sistema de Controle Interno deverá estar organizado da seguinte forma:

13.7.1 Estrutura Organizacional

13.7.1.1 Procedimentos administrativos que regem as atividades e responsabilidades da administração financeira do projeto.

13.7.1.2 Níveis de autoridade e procedimento requeridos para o processamento das transações financeiras.

13.7.1.3 Níveis de autoridade, descrições de cargo, número e suficiência de habilidades do pessoal que trabalha nas diferentes áreas de execução do projeto.

13.7.1.4 Habilidade do executor para manter um quadro de pessoal adequado, em vista das possíveis mudanças na administração.

13.7.1.5 Separação de responsabilidades na administração financeira do projeto (atividades de tesouraria, contabilidade e relatórios contábeis).

13.7.2 Sistemas de Informações

13.7.2.1 Adequação dos sistemas de processamento de dados para produzir informações operacionais, financeiras, e contábeis oportunas e confiáveis.

13.7.2.2 Capacidade da área de processamento de dados para registrar e manter informações adequadas sobre a documentação comprobatória das solicitações de desembolso.

13.7.2.3 Capacidade do sistema financeiro e contábil para verificar, controlar e acompanhar todas as fontes e usos de fundos relacionados ao projeto, incluindo as transações do fundo rotativo do Banco.

13.7.2.4 Capacidade do sistema financeiro e contábil para cumprir os requisitos do Banco, incluindo um plano específico de contas.

13.7.2.5 Capacidade do sistema contábil utilizado pelo executor e/ou pelos co-executores para o registro das transações financeiras, incluindo os procedimentos para a consolidação das informações financeiras em projetos de execução descentralizada.

13.7.3 Situações encontradas durante visitas físicas a projetos ou subprojetos:

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

- 13.7.3.1 Condições materiais a serem informadas, que houverem sido identificadas como resultado das visitas de inspeção física, realizadas pelo auditor e relacionadas à execução das obras e/ou às aquisições de bens e serviços financiados com os recursos do projeto;
 - 13.7.3.2 Situação da implantação de recomendações de controle interno de períodos anteriores;
 - 13.7.3.3 O relatório também incluirá, quando pertinente, o acompanhamento das recomendações de auditorias anteriores e os pontos de vista do executor.
- 13.8 Relatório anual da auditoria operacional e financeira. O referido relatório deverá ser apresentado, no prazo de 90 (noventa) dias a contar do encerramento do primeiro ano, e deverá conter os produtos mencionados acima, inclusive a conciliação dos registros contábeis e financeiros do projeto com as informações do Banco e a conciliação do Fundo Rotativo.

14 METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO

- 14.1 Devem ser elaborados de acordo com as NIAs (Normas Internacionais de Auditoria), ou de acordo com as normas do INTOSAI (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), quando o auditor for um órgão oficial de fiscalização, bem como com os requisitos de auditoria independente do Banco e este Projeto.
- 14.2 A auditoria será realizada com base nos requisitos de auditoria independente do Banco, nas Normas Internacionais de Auditoria (NIAs) emitidas pela Federação Internacional Contadores (IFAC), e de acordo com o estipulado neste Projeto. A auditoria incluirá, entre outros aspectos:
- 14.3 A avaliação do sistema de controle interno referente ao projeto, a qual compreende a concepção e o funcionamento do referido sistema e deverá ser realizada conforme os critérios definidos pelo “Committee on Sponsoring Organizations (COSO)”, os quais incluem: (I) o ambiente de controle; (II) a avaliação de riscos; (III) os sistemas de contabilidade e de informações; (IV) as atividades de controle; e (V) as atividades de monitoramento.
- 14.4 Essa avaliação incluirá, entre outros, os seguintes aspectos: (I) a capacidade institucional instalada do organismo executor e/ou dos co-executores referente aos recursos humanos, materiais e do sistema de informações; e (II) o sistema contábil utilizado pelo executor e/ou pelos co- executores para o registro das transações financeiras, inclusive os procedimentos para a consolidação das informações financeiras em projetos de execução descentralizada.
- 14.5 Exame das transações financeiras e dos registros contábeis para opinar se as informações financeiras (demonstrações financeiras básicas, informações financeiras complementares) do projeto e/ou da entidade são apresentadas de forma razoável e se foram elaborados de acordo com as NICs, com os requisitos do Banco, e com este Projeto.
- 14.6 Exame do cumprimento de cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro, regulamento operacional, de crédito e/ou convênios interinstitucionais.
- 14.7 Exame, por amostragem estatística, da documentação comprobatória referente aos processos de aquisição de bens e contratação de obras e serviços de consultoria de forma integrada com as respectivas solicitações de desembolso apresentadas ao Banco.
- 14.8 Para verificar a adequada aplicação dos procedimentos de aquisições e desembolsos

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

estabelecidos no contrato e a qualificação das despesas, dever-se-á verificar se a documentação comprobatória: (I) está adequadamente corroborada por comprovantes fidedignos e mantidos nos arquivos do executor/co-executores/ou prestatário; (II) foi devidamente autorizada; (III) corresponde a despesas qualificadas, de acordo com os termos do contrato de empréstimo; e (IV) foi contabilizada corretamente;. (No caso de aplicação do método de revisão “ex-post” das solicitações de desembolsos e dos processos de aquisições, deverão ser empregados os procedimentos específicos indicados no Documento AF-500, “Termos de Referência para a Revisão Ex-post dos Processos de Aquisições, e Documentação Comprobatória das Solicitações de Desembolso”).

- 14.9 Visitas de inspeção, por amostragem, às obras financiadas com recursos do projeto, para verificar se estão sendo executadas de acordo com os planos e as especificações aprovadas nos respectivos contratos.
- 14.10 Visitas aos beneficiários do projeto (subsídios e/ou subempréstimos concedidos) para verificar a qualificação do beneficiário e/ou da despesa.
- 14.11 Exame da aplicação dos procedimentos para registro, controle e manutenção de bens adquiridos com os recursos do projeto.
- 14.12 Exame da situação do fundo rotativo, incluindo a conciliação de contas bancárias.
- 14.13 O auditor deverá revisar e informar, entre outros aspectos:
- 14.14 A aplicação incorreta ou o desvio de recursos (intencional ou não intencional), detectados em seu exame, discriminando os valores pagos por despesas não qualificadas do projeto e indicando o número do comprovante de pagamento, importância e enunciado.
- 14.15 O relatório de implementação das recomendações referentes a constatações informadas no período anterior.

15 FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 15.1 A fiscalização dos serviços ficará a cargo da SEISP, que designará um fiscal do contrato, o qual deverá ser um servidor com experiência e habilidades técnicas relacionadas à área contábil-financeira, obrigando-se a Contratada e a Contratante a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes livre acesso a todos os dados, documentos e demais informações necessárias ao fiel cumprimento do Contrato. Fica ressalvado que a efetiva ocorrência da fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços, que deverão apresentar conformidade absoluta.
- 15.2 A Contratada deverá enviar seu Plano de Trabalho à contratante, que deverá estar em conformidade com os prazos e cronograma da Contratante, para que seja feito o planejamento de fiscalização, emissão de relatório de fiscalização de contrato e posteriormente ateste os serviços executados, devendo a contratada atender as notificações do fiscal do contrato de forma tempestiva, sob pena de suspensão dos pagamentos até a regularização das demandas apontadas.
- 15.3 Os fiscais da SEISP terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito:
 - 15.3.1 A qualquer momento e desde que achar necessário, solicitar à Contratada a substituição de parte ou de toda a equipe técnica responsável pelos serviços, caso constate que a mesma não tenha reais condições técnicas para a execução dos

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

trabalhos, em observação às especificações técnicas e recomendações necessárias ao bom andamento dos serviços, objetos deste Projeto.

- 15.3.2 Suspender a execução total ou parcial de quaisquer serviços em desacordo com as especificações e recomendações da SEISP, exigindo sua correção por conta da Contratada, ou sempre que:
 - 15.3.2.1 assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no Contrato;
 - 15.3.2.2 for necessário para execução correta e fiel dos serviços, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as presentes especificações;
 - 15.3.2.3 houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos serviços subsequentes; e
 - 15.3.2.4 a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 15.4 Determinar ordem de prioridade na execução dos serviços.
- 15.5 Exigir esclarecimentos e informações do Responsável Técnico, sempre que julgar necessário.
- 15.6 A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros ou outros profissionais e empresas envolvidos com os serviços relativos a esta contratação.
- 15.7 Qualquer alteração unilateral do planejamento de execução de serviços por parte da Contratada deverá ser solicitada à Contratante com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, acompanhado de justificativa detalhada do responsável técnico da empresa.
- 15.8 Verificada a ocorrência de qualquer irregularidade na execução dos serviços, a fiscalização aplicará as sanções previstas no Edital e no Contrato, sem prejuízo de multas e outras sanções cabíveis.
- 15.9 A "Ordem de Serviço" e toda a rotina e comunicação entre as partes deverão ser encaminhadas por escrito.
- 15.10 Os serviços, objeto desta licitação, somente poderão ser iniciados após a **EMIÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO** e sua publicação no Diário Oficial do Município.
- 15.11 Não serão recebidos, sob nenhuma condição, itens parcialmente executados, incompletos ou pendentes de dados ou informações técnicas, mapas, arquivos ou outros elencados neste Projeto.
- 15.12 A Contratada deverá estar presente em todas as reuniões técnicas em que for convocada pela Contratante para discussão dos trabalhos.
- 15.13 O recebimento definitivo somente será feito após análise preliminar, atendimento de possíveis complementações ou alterações e entrega dos produtos finais, em duas vias, em meio digital e impressos, acompanhados de CD com arquivos digitais, todos devidamente rubricados e assinados em todas as páginas, ou com assinatura digital válida.
- 15.14 A Contratada deverá apresentar os relatórios e pareceres, contemplando todas as atividades desenvolvidas no exercício anual, cópias de notas fiscais e demais documentos julgados importantes à comprovação dos serviços prestados, de acordo com as especificações deste Projeto. A fiscalização poderá solicitar documentos adicionais que julgar necessários para medição dos serviços.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

- 15.15 Não serão realizadas, sob nenhuma condição, relatórios e pareceres parciais dos itens do objeto deste Projeto.
- 15.16 A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração da SEISP, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 15.17 O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.
- 15.18 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

16 DOS PRAZOS

- 16.1 A exigência da auditoria externa estabelecida na “*Cláusula Sétima: Condições Especiais de Desembolso dos Recursos do Empréstimo – D. Durante o Período de Desembolsos: 8. Anual. No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir do início do ano calendário, o relatório de auditoria externa, correspondente ao ano imediatamente anterior*”.
- 16.2 Considerando o item anterior, o prazo da vigência contratual decorrente da presente contratação será de 4 (quatro) anos, contados a partir da expedição da ordem de serviço, podendo ser renovado nos termos da Lei n.º 8.666/1993.
- 16.3 Todas as equipes de trabalho, todos os veículos e equipamentos, edificações e instalações necessárias à fiel execução dos serviços deverão estar aptos ao início das atividades em, no máximo, 5 (cinco) dias após emissão da ordem de serviço.
- 16.4 A entrega dos itens do objeto deste Projeto, referente ao ano em análise, deverá ocorrer até o dia 31/03 do ano subsequente ao auditado. Exemplificando, temos que a auditoria do ano de 2019 deverá ser entregue pela contratada à Seisp em 31/03/2020, e assim sucessivamente.
- 16.5 Não estão incluídos no prazo de execução dos serviços: os prazos de avaliação de cada produto pela equipe técnica de acompanhamento, os prazos para eventuais correções, os prazos para reavaliação, bem como os prazos de análises e apreciação dos produtos por órgãos externos, quando necessário.
- 16.6 A inexecução dos objetos por parte da Contratada, por prazo superior a 30 (trinta) dias será considerado descumprimento contratual e estará sujeito às penalidades previstas em Contrato, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.
- 16.7 Este Projeto Básico/Executivo e seus anexos fazem parte integrante do Edital e serão fornecidos em meio eletrônico.

17 DEVERES DA CONTRATANTE

- 17.1 Exercer a fiscalização dos serviços a serem executados por técnicos especialmente designados, notificando imediatamente por escrito quaisquer problemas ou

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

irregularidades encontradas.

- 17.2 Facilitar por todos os meios o exercício das funções da Contratada, dando-lhes acesso às informações, se for o caso, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da Contratada e cumprindo suas obrigações.
- 17.3 Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais em que se fizerem necessários para a realização de seus serviços.
- 17.4 Prestar aos empregados da Contratada as informações e esclarecimentos solicitados a respeito da natureza dos serviços.
- 17.5 Indicar, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 17.6 Expedir autorização especificando o início, as condições e os locais onde os serviços serão executados.
- 17.7 Notificar a Contratada sobre irregularidades observadas nos serviços visando à imediata adoção das providências.
- 17.8 Fornecer à Contratada a ordem de prioridades de execução dos serviços.
- 17.9 Indicar o fiscal do contrato, o qual acompanhará o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas deste Projeto e do Contrato.
- 17.10 Atestar os serviços, desde que tenham sido entregues conforme estipulado neste Projeto e no Contrato, encaminhando as notas fiscais/faturas devidamente atestadas para pagamento no prazo determinado.

18 DEVERES DA CONTRATADA

- 18.1 Todos os serviços a serem realizados deverão atender ao estabelecido nas disposições legais vigentes e Normas Técnicas Brasileiras.
- 18.2 A Contratada, além de disponibilizar a mão-de-obra e produtos necessários para a perfeita execução dos serviços, obriga-se a:
- 18.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 18.4 Responsabilizar-se pela efetiva realização dos serviços, cuidando para que não haja eventuais interrupções dos serviços prestados.
- 18.5 Comunicar à Contratante, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e a execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.
- 18.6 Refazer, sem ônus para a **SEISP**, dentro do prazo estabelecido, os serviços prestados que apresentem defeitos, erros, danos, falhas e/ou quaisquer outras irregularidades apontadas pela fiscalização do Contrato.
- 18.7 Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da **SEISP**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- 18.8 Indicar formalmente todos os prepostos da Contratada à Contratante, suas funções, responsabilidades e atribuições, bem como encaminhar cópia dos documentos

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

peçoais dos mesmos à Contratante, que poderá solicitar substituição do(s) mesmo(s) caso entenda irregular, não conveniente ou incompatível com o desenvolvimento dos serviços.

19 DOS PAGAMENTOS

- 19.1 O pagamento anual será efetuado em até 30 (trinta) dias após a solicitação de pagamento pela CONTRATADA e a entrega de cada produto, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato. A solicitação de pagamento deverá ser acompanhada de nota fiscal e recibo correspondente.
- 19.2 Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a entrega do relatório e parecer final de cada exercício.
- 19.3 O Gestor do Contrato somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- 19.4 O cronograma físico-financeiro estimado dos serviços está descrito no quadro a seguir:

Quadro 3. Cronograma físico-financeiro estimado.

Item	Descrição	Valor dos Serviços	1º Trimestre 2020	%	1º Trimestre 2021	%	1º Trimestre 2022	%	1º Trimestre 2023	%
1	Auditoria Externa do Programa Ano base 2019	R\$ 95.666,67	R\$ 95.666,67	25%	R\$ -	0%	R\$ -	0%	R\$ -	0%
2	Auditoria Externa do Programa Ano base 2020	R\$ 95.666,67	R\$ -	0%	R\$ 95.666,67	25%	R\$ -	0%	R\$ -	0%
3	Auditoria Externa do Programa Ano base 2021	R\$ 95.666,67	R\$ -	0%	R\$ -	0%	R\$ 95.666,67	25%	R\$ -	0%
4	Auditoria Externa do Programa Ano base 2022	R\$ 95.666,67	R\$ -	0%	R\$ -	0%	R\$ -	0%	R\$ 95.666,67	25%
Total Simples		R\$ 382.666,68	R\$ 95.666,67	25%	R\$ 95.666,67	25%	R\$ 95.666,67	25%	R\$ 95.666,67	25%
Total Acumulado		R\$ 382.666,68	R\$ 95.666,67	25%	R\$ 191.333,34	50%	R\$ 287.000,01	75%	R\$ 382.666,68	100%

20 DAS GARANTIAS E PENALIDADES

- 20.1 A Contratada deverá apresentar, para efeito de salvaguarda ao adimplemento do Contrato a ser ulteriormente celebrado, nos termos do Art. 56, § 1º, garantia válida e exigível, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, durante toda a sua validade.
- 20.2 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 20.3 O resgate de caução de garantia de execução do contrato, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo do objeto licitado, fornecido pela Contratante, observadas as disposições contratuais.
- 20.4 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará A CONTRATADA à multa de mora:
- 20.4.1 0,3 % (zero vírgula, três por cento) ao dia sobre o valor dos serviços quando o adjudicatário, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo proposto, a obrigação assumida.
- 20.4.2 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato se o atraso exceder a 30 (trinta) dias.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

20.5 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

20.5.1 Advertência.

20.5.2 Multa.

20.5.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.5.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, bem como as demais sanções previstas no art. 88 da Lei nº. 8.666/93.

20.6 O prazo para apresentação de defesa prévia das penalidades aplicadas será de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da notificação.

20.7 Nenhum pagamento será feito à proponente multada sem que esta tenha liquidado a multa ou faça o depósito do valor correspondente.

21 DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Este Projeto deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus itens.

21.2 Os objetos desta licitação, somente poderão ser iniciados após a EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO e sua publicação no Diário Oficial do Município.

21.3 Não será permitida a subcontratação dos serviços.

21.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

21.5 A LICITANTE deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o escopo dos serviços, buscando elucidar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, antes do início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a empresa CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

21.6 Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados, nos preços unitários ou no BDI propostos, todos os custos diretos e indiretos, treinamentos, reciclagens, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais etc., necessários à completa e correta execução dos serviços.

21.7 Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como dados incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de serviços especificados no prazo, entre outros.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PALMAS PARA O FUTURO

- 21.8 A Comissão Especial de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e habilitação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, para esse fim específico.
- 21.9 Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- 21.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Licitação com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.
- 21.11 Somente será apreciado o teor dos documentos protocolados na forma definida no edital.
- 21.12 Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos e multa, nos termos do Art. 93 da Lei 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 21.13 É reservado ao CONTRATANTE o direito de anular ou revogar esta licitação sem que tal ato gere qualquer indenização ao participante.
- 21.14 Fica eleito o Foro de Palmas - TO para resolver questões relativas ao presente Edital.

22 ANEXOS

- 22.1 ANEXO A – Projeto Básico/Executivo (**Este documento**);
- 22.2 ANEXO B – Planilha orçamentária estimativa;
- 22.3 ANEXO C – Cronograma de execução dos serviços;
- 22.4 ANEXO D – Composição de preço, cotações e fontes.

Palmas, 21 de outubro de 2019.

Paula Renata Malvezzi Taques
Diretora de Obras - CAF

Rafael Marcolino de Souza
Superintendente CAF

23 APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO

- 23.1 Aprovo o presente Projeto Básico/Executivo, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas na(s) declaração(ões) e assinatura(s) acima.

Palmas/TO, 23 de outubro de 2019.

Antonio Trabulsi Sobrinho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos